



Demonstrações Financeiras

Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.

31 de dezembro de 2020 e 2019

Com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras



31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	2

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais.....	5
Demonstração dos resultados.....	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

A Instituição

A Agillitas Soluções de Pagamentos é uma sociedade limitada e tem como objeto principal a administração de cartões pré-pagos. Foi pioneira no lançamento de diversos produtos e serviços como, o cartão VTM - Visa Travel Money para compras e saques e a criação de ferramentas de gerenciamento de cartões pré-pagos para pessoas jurídicas.

Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

A Agillitas mantém modelo de governança aderente aos pilares para o gerenciamento de riscos e capital e estrutura permeada por toda Organização nos diversos ambientes de controles, os quais apresentam-se compatíveis com a natureza das operações, assegurando a sustentabilidade dos negócios, produtos e serviços, atividades, através de processos, sistemas e com a devida dimensão da exposição aos riscos.

A área de Riscos e Capital mantém estabelecidas as diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração, com foco no cumprimento dos requerimentos regulatórios, com atuação independente e em perfeita sintonia na geração e preservação de valor econômico da Instituição.

Pandemia COVID-19

Com a declaração da pandemia do COVID-19, pela Organização Mundial de Saúde, a Agillitas procurou seguir todos os protocolos e determinações nos âmbitos federal, estadual e municipal, com o objetivo de preservar a integridade física dos nossos colaboradores, propiciando todas as condições ao corpo funcional, com adequações das dependências da Agillitas, bem como por mecanismos tecnológicos com a estruturação de *home office*, com vistas ao menor impacto possível das atividades operacionais e administrativas.

As medidas adotadas pelos órgãos reguladores refletiram na Agillitas, cujos efeitos foram associados às nossas estratégias e diretrizes, visando conseguirmos manter os negócios e identificar oportunidades em meio ao momento pós-crise.

Agradecimentos

A Administração da Agillitas Soluções de Pagamentos agradece aos seus clientes e parceiros pela confiança e, aos colaboradores.

A Administração



Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 – Torre Norte
São Paulo – SP - Brasil
CEP 04543-011

Tel: (5511) 2573-3000
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos quotistas e aos Administradores da
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Dario Ramos da Cunha', written over a circular stamp or seal.

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
 Balanços Patrimoniais
 Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2020	2019
Ativo			
Circulante		31.261	66.739
Disponibilidades	4	3.502	4.855
Títulos e valores mobiliários		25.244	58.477
Carteira própria	5	25.244	58.477
Outros créditos		2.389	3.084
Rendas a receber	6	402	642
Diversos	7	1.987	1.624
Ativo Fiscal Diferido	11c	-	818
Outros valores e bens		126	323
Despesas antecipadas		126	323
Não circulante		57.475	6.549
Realizável à longo prazo		51.471	284
Títulos e valores mobiliários		49.626	-
Carteira própria	5	49.626	-
Outros créditos		1.839	284
Diversos	7	618	118
Ativo Fiscal Diferido	11c	1.221	166
Outros valores e bens		6	-
Despesas antecipadas		6	-
Imobilizado de uso		2.672	5.101
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		5.216 (2.544)	6.806 (1.705)
Intangível		3.332	1.164
Ativos intangíveis (Amortizações acumuladas)		8.402 (5.070)	5.567 (4.403)
Total do ativo		88.736	73.288
Passivo			
Circulante		79.950	64.713
Depósitos	8	42.335	33.734
Outros depósitos		42.335	33.734
Relações interfinanceiras	9	12.842	11.948
Recebimentos e pagamentos a liquidar		12.842	11.948
Outras obrigações		24.773	19.031
Transações de pagamento		18.522	12.406
Fiscais e previdenciárias		1.090	835
Sociais e estatutárias		169	228
Diversas	10	4.992	5.562
Não circulante		952	393
Outras obrigações		952	393
Diversas	10	2	45
Contingências cíveis e trabalhistas	19b	950	348
Patrimônio Líquido	13	7.834	8.182
Capital		6.000	6.000
De domiciliados no país		3.000	3.000
De domiciliados no exterior		3.000	3.000
Reserva de lucros		1.857	2.189
Ajustes de avaliação patrimonial		(23)	(7)
Total do passivo		88.736	73.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
 Demonstração do Resultado
 Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 e
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por quota)



	Notas	2º Semestre	2020	2019
Receita da intermediação financeira		591	1.508	2.898
Resultado de títulos e valores mobiliários		591	1.508	2.898
Resultado bruto da intermediação financeira		591	1.508	2.898
Outras receitas/despesas operacionais		318	(2.072)	(4.365)
Receita de prestação de serviços	14	17.414	31.372	33.146
Despesas de pessoal	15	(8.232)	(16.365)	(17.642)
Outras despesas administrativas	16	(3.818)	(7.488)	(7.941)
Despesas tributárias	17	(1.909)	(3.357)	(3.507)
Outras receitas operacionais	18	1.873	4.043	8.563
Outras despesas operacionais	18	(5.010)	(10.277)	(16.984)
Resultado operacional		909	(564)	(1.467)
Outras receitas e despesas		3	3	1
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		912	(561)	(1.466)
Imposto de renda e contribuição social	11	(269)	229	568
Ativo fiscal diferido		(269)	229	568
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercícios		643	(332)	(898)
Quantidade de quotas		6.000.000	6.000.000	6.000.000
Lucro líquido (prejuízo) por quota		0,11	(0,06)	(0,15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
Demonstração do Resultado Abrangente
Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 e
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)



	<u>2º Semestre</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido / Prejuízo do semestre / exercícios	<u>643</u>	<u>(332)</u>	<u>(898)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>(21)</u>	<u>(16)</u>	<u>(7)</u>
Ajustes de avaliação patrimonial			
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(31)	(24)	(10)
Impostos diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	10	8	3
Resultado abrangente do semestre / exercícios	<u>622</u>	<u>(348)</u>	<u>(905)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 e
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)



Notas	Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.000	388	2.999	-	-	9.387
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(898)	(898)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(7)	-	(7)
Reversão de reserva especial de lucros	-	-	(898)	-	898	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(300)	-	-	(300)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.000	388	1.801	(7)	-	8.182
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(332)	(332)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(16)	-	(16)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(332)	-	332	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.000	388	1.469	(23)	-	7.834
Saldos em 30 de junho de 2020	6.000	388	1.801	(2)	(975)	7.212
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	643	643
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(21)	-	(21)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(332)	-	332	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.000	388	1.469	(23)	-	7.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2020 e
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2º Semestre	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo ajustado dos semestres		2.613	1.351	438
Lucro líquido / prejuízo do semestre / exercícios		643	(332)	(898)
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		1.970	1.683	1.336
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(21)	(16)	(7)
Depreciações e amortizações	16	823	1.573	1.230
Impostos diferidos	11a	269	(229)	(568)
Provisões/(reversões) operacionais		899	355	681
Variação de ativos e passivos		(687)	(1.391)	4.367
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(25.226)	(16.393)	(6.219)
(Aumento) em outros créditos		(306)	(631)	(30)
Redução / (aumento) em outros valores e bens		27	191	(78)
Aumento em depósitos		9.331	8.601	5.535
Aumento em relações interfinanceiras		15.598	7.010	5.738
(Redução) em outras obrigações		(111)	(169)	(579)
Caixa líquido (aplicado)/gerado em atividades operacionais		1.926	(40)	4.805
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Alienação de imobilizado de uso		2	3	919
Redução de intangível		3	79	28
Aquisição de imobilizado de uso		(41)	(726)	(3.348)
Aplicações no intangível		(536)	(669)	(622)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos		(572)	(1.313)	(3.023)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de juros sobre o capital próprio		-	-	(300)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	13b	-	-	(300)
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		1.354	(1.353)	1.482
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercícios	4	2.148	4.855	3.373
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercícios	4	3.502	3.502	4.855
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		1.354	(1.353)	1.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Agillitas Soluções de Pagamentos (“Instituição” ou “Agillitas”) localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 8501 – 16º andar, integrante do Grupo Rendimento, é uma sociedade limitada e tem por objetivo o desenvolvimento, administração e gestão de cartões pré-pagos em moeda nacional e estrangeira, emissão de moeda eletrônica, prestação de serviços de pagamentos em prol de terceiros através de cartões, bem como outras atividades permitidas para instituições desta natureza.

Em 9 de setembro de 2019 a Agillitas foi aprovada como instituição de pagamento na modalidade emissor de moeda eletrônica, pelo Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A partir de janeiro de 2020, os procedimentos constantes das Resoluções CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 e Circular 4.720/19, foram incluídos nas demonstrações financeiras da Agillitas. As principais alterações implementadas foram: as rubricas do Balanço Patrimonial por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial comparativamente com os saldos do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações comparadas com o mesmo período do ano anterior, incluindo o 2º semestre; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 01 de março de 2021.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras da Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. estão representadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.



c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários.

e) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.

f) Intangível

São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.



g) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

i) Relações interfinanceiras

Correspondem aos valores a pagar as Bandeiras Visa e Mastercard, relativos as transações de pagamento e estão registradas pelo valor de liquidação.

j) Outros depósitos

Correspondem aos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, para os quais não há taxa de atualização.

k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº



3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

(i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

l) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

m) Eventos Subsequentes

São considerados os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, evidenciados basicamente pelas condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

n) Resultados Recorrentes e não Recorrentes

Conforme determinado pela Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, deve ser divulgado de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes, já relacionados ou não, incidentalmente, com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os efeitos desses eventos, considerados não recorrentes, encontram-se evidenciados na Nota Explicativa 20.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Disponibilidades	2020	2019
	3.502	4.855
Total	<u>3.502</u>	<u>4.855</u>



5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2020			2019		
	Valor de Curva	Ajustes a Mercado ⁽¹⁾	Valor de Mercado	Valor de Curva	Ajustes a Mercado	Valor de Mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria – Livres	25.244	-	25.244	12.975	-	12.975
Certificado de depósito bancário (CDB) – Ligadas (Nota 12)	25.243	-	25.243	12.934	-	12.934
Certificado de depósito bancário (CDB)	1	-	1	41	-	41
Total de títulos para negociação	25.244	-	25.244	12.975	-	12.975
Títulos disponíveis para venda						
Vinculados a prestação de garantias	49.660	(34)	49.626	45.512	(10)	45.502
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	49.660	(34)	49.626	45.512	(10)	45.502
Total títulos disponíveis para venda	49.660	(34)	49.626	45.512	(10)	45.502
Total de títulos e valores mobiliários	74.904	(34)	74.870	58.487	(10)	58.477

(1) Os títulos públicos, custodiados no Selic foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante negativo de R\$ 23 (R\$ 7 negativo em 2019).

b) Composição por vencimento

	2020			2019
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Títulos para negociação				
Certificado de depósito bancário (CDB) – Ligadas (Nota 12)	25.243	-	25.243	12.934
Certificado de depósito bancário (CDB)	1	-	1	41
Títulos disponíveis para venda				
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	49.626	49.626	45.502
Total	25.244	49.626	74.870	58.477

6. Rendas a receber

	2020	2019
Circulante		
Verbas de incentivo	205	342
Tarifas contas pré-pagas	197	297
Outras	-	3
Total	402	642



7. Outros créditos – diversos

Circulante	2020	2019
Impostos e contribuições a compensar	<u>1.638</u>	<u>1.078</u>
Devedores diversos - país	148	62
Valores a receber sociedades ligadas	123	51
Outros	78	433
Total do Circulante	<u>1.987</u>	<u>1.624</u>
Não Circulante		
Devedores por depósito em garantia (Nota 19b)	346	110
Impostos e contribuições a compensar	212	8
Outros	60	-
Total do Não Circulante	<u>618</u>	<u>118</u>
Total	<u><u>2.605</u></u>	<u><u>1.742</u></u>

8. Depósitos

Circulante	2020	2019
Contas de pagamento pré-pagas	<u>42.335</u>	<u>33.734</u>
Total	<u><u>42.335</u></u>	<u><u>33.734</u></u>

9. Relações interfinanceiras

Circulante	2020	2019
Valores a pagar - Visa	<u>12.842</u>	<u>9.572</u>
Valores a pagar - Mastercard	-	2.376
Total	<u><u>12.842</u></u>	<u><u>11.948</u></u>

10. Outras obrigações - diversas

Circulante	2020	2019
Provisão para pagamentos a efetuar	<u>2.530</u>	<u>5.082</u>
Credores diversos no país	2.462	467
Valores a pagar sociedades ligadas	-	13
Total do Circulante	<u>4.992</u>	<u>5.562</u>
Não Circulante		
Credores diversos no país	2	45
Total do Não Circulante	<u>2</u>	<u>45</u>
Total	<u><u>4.994</u></u>	<u><u>5.607</u></u>



11. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Valores diferidos		
Ativo fiscal diferido		
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	122	355
Diferenças temporárias	107	213
Total	<u>229</u>	<u>568</u>

b) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado antes dos tributos e participações	(561)	(1.466)
Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%)	191	499
Encargos sobre JCP	-	102
Outros valores	38	(33)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	<u>229</u>	<u>568</u>

c) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	Saldo <u>31/12/2019</u>	Constituição	Realização	Saldo <u>31/12/2020</u>
Provisão para contingências	118	236	(31)	323
Provisões diversas a pagar	512	499	(589)	422
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	354	122	-	476
Total	<u>984</u>	<u>857</u>	<u>(620)</u>	<u>1.221</u>

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. Os créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.



A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Provisão para contingências	301	3	14	5	-	323
Provisões diversas a pagar	422	-	-	-	-	422
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL	18	458	-	-	-	476
Total	741	461	14	5	-	1.221
Valor Presente	714	437	13	5	-	1.169

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 1.169 utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

12. Transações com partes relacionadas

	2020		2019	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Cartões pré-pagos	-	836	-	892
Cotação DTVM S.A. (Nota 14)	-	836	-	892
Disponibilidades	2.746	-	3.041	-
Banco Rendimento S.A.	2.746	-	3.041	-
Certificado de depósito bancário	25.243	370	12.934	1.880
Banco Rendimento S.A. – (Nota 5)	25.243	370	12.934	1.880
Outras receitas/despesas operacionais e administrativas	13	-	38	-
Cotação DTVM S.A.	19	-	51	-
Banco Rendimento S.A.	(6)	-	(13)	-

a) Saldo das transações

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

b) Remuneração da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Instituição. A Agillitas incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:



	2020	2019
Remuneração fixa	130	72
Encargos sociais	29	16
Total	159	88

A Agillitas não oferece benefícios de longo prazo, pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 6.000, representado por 6.000.000 quotas, de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e distribuído entre os sócios.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria, mediante assembleia geral dos quotistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houveram distribuição de dividendos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve deliberação para pagamento de juros sobre o capital próprio (R\$ 300 em 2019), calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício no montante de R\$ 102 em 2019.

c) Reservas de lucros

Reserva Legal: a Agillitas deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras Reservas: composta por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária.

A Administração possui plano e aval da assembleia caso as reservas de lucros excedam o valor de capital.



14. Receitas de prestação de serviços

	2020	2019
Contas pré-pagas	23.403	19.961
Transações de pagamento	6.975	12.232
Prestação de serviços – ligadas (Nota 12)	836	892
Intermediação de pagamentos	150	61
Outras	8	-
Total	31.372	33.146

15. Despesas de pessoal

	2020	2019
Proventos	9.568	10.062
Encargos sociais	3.315	3.721
Benefícios	3.204	3.693
Honorários	103	95
Outras	175	71
Total	16.365	17.642

16. Outras despesas administrativas

	2020	2019
Serviços do sistema financeiro	258	496
Transportes	323	164
Processamento de dados	2.861	2.863
Aluguéis	840	806
Depreciações/Amortizações	1.573	1.230
Serviços técnicos especializados	403	548
Serviços de terceiros	250	772
Comunicações	554	606
Condomínio	150	147
Manutenção e conservação de bens	92	110
Outras	184	199
Total	7.488	7.941

17. Despesas tributárias

	2020	2019
Cofins	1.827	1.904
ISS	759	770
PIS	393	407
Outras	377	426
Total	3.357	3.507



18. Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	2020	2019
Transações de pagamento	2.834	7.002
Verbas de incentivo	-	591
Recuperação de despesas	559	315
Outras	650	655
Total	<u>4.043</u>	<u>8.563</u>

Outras despesas operacionais	2020	2019
Processamento	8.171	13.672
Contas pré-pagas / Cartões	1.121	972
Contingências cíveis e trabalhistas	694	515
Convênios operacionais	193	101
Outras	98	1.724
Total	<u>10.277</u>	<u>16.984</u>

19. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) Provisões cíveis e trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) Provisões fiscais - As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo não circulante na rubrica "outras obrigações diversas", substancialmente representado pelos seguintes processos:

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:



Provisão para contingências	2020			2019
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial	4	344	348	47
Constituições/reversões	657	135	792	473
Pagamentos	(69)	(121)	(190)	(172)
Saldo final	592	358	950	348

Depósitos judiciais	2020			2019
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial	63	47	110	81
Constituições/reversões	318	103	421	214
Realizações	(83)	(102)	(185)	(185)
Saldo final	298	48	346	110

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- 4 processos trabalhistas totalizando R\$ 1.399 referentes a hora extra e vínculo trabalhista com o Banco Rendimento.
- 66 processos cíveis totalizando R\$ 2.012 referentes a ações do produto pagadoria, e ações indenizatórias de danos materiais e morais.

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar, representativamente, o resultado e as operações da Agillitas.

20. Resultado não Recorrente

Não tivemos resultado não recorrente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

21. Gestão de riscos

A Agillitas adota política de gerenciamento de riscos e capital, alinhada às melhores práticas e em conformidade com o arcabouço regulatório emanado do Banco Central do Brasil. A área de Riscos é responsável pela definição pelos processos e princípios definidos na Declaração de Apetite a Riscos, buscando a permanente adequação às disposições legais e aos efetivos modelos de controles, através do envolvimento da estrutura corporativa e do acultramento desse tema que se insere em todas as atividades e passa a ser de responsabilidade de todos no que tange ao monitoramento e participação de todos na gestão de riscos.



a) Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional e controles internos encontra-se condizente com as atividades e negócios realizados no Grupo Rendimento, utilizando-se de ferramentas capazes de identificar, avaliar e monitorar incidentes vinculados a fraudes, descontinuidade de negócios, falhas tecnológicas, processos inadequados em sistemas, falhas humanas e/ou de exposição a eventos externos.

Para a adoção desses controles são aplicados procedimentos em conformidade com o arcabouço legal, visando fundamentar o processo de mitigação de riscos que possam impactar na continuidade dos negócios e imagem do Grupo Rendimento, bem como na aplicação de sanções pelos órgãos reguladores e possíveis reparações a terceiros.

O modelo de gestão baseia-se nas três linhas de defesa, compostas pela área de Negócios, Riscos e Controle e Auditoria Interna, respectivamente, as quais são apoiadas por políticas e definições de papéis e responsabilidades, com o contínuo compartilhamento de conhecimentos e informações e reporte à Alta Administração.

b) Risco de Mercado e Liquidez

A Gestão de Risco de Mercado e Liquidez é realizada de acordo com as disposições da Resolução nº 4.557/17, em ambiente corporativo, constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia e controle dos negócios da Agillitas.

A gestão de risco de mercado adota as políticas internas e as diretrizes aprovadas pela Administração, através de controles eficientes capazes de identificar, monitorar e mitigar situações de riscos associados a perdas, nas posições detidas pela Instituição, decorrentes das oscilações dos dados de mercado.

No tocante à gestão de risco de liquidez os níveis de caixa são submetidos a contínuo acompanhamento e monitoramento diário, das posições ativas e passivas, com a adoção de limites mínimos de liquidez, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura.

c) Prevenção à "Lavagem" de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A Agillitas adota mecanismos através de instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento nas operações com clientes, fornecedores e parceiros, visando prevenir, detectar e combater a "lavagem" de dinheiro proveniente de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo.

A Administração, por meio da adoção de políticas transparentes e em conformidade com os dispositivos legais, tem participação efetiva na prevenção e detecção à "lavagem" de



dinheiro e ao combate ao financiamento do terrorismo e demais ações pontuais mitigatórias. A Agillitas mantém programa de treinamento para todo corpo funcional, alinhado às melhores práticas, assegurando o efetivo cumprimento das rotinas de controle, monitoramento e identificação tempestiva de operações atípicas. Esse modelo de gestão possibilita a sinergia entre as áreas de Negócios e de Controle e evita o uso da estrutura do Grupo para fins ilícitos.

d) Risco Socioambiental

A política de gestão do Risco Socioambiental está estabelecida por meio de princípios e diretrizes apoiados em bases regulatórias, cujos procedimentos adotados possibilitam a identificação, controle e mitigação dos riscos associados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, dentre outros inerentes.

Os clientes e parceiros e as operações e serviços passam por escopo de avaliações e análises, em linha com os fundamentos da Lei Anticorrupção, no contexto da responsabilidade social, e com ênfase nos padrões éticos e conduta internos e nas relações de trabalho, principalmente na concessão de crédito. A esse conjunto de rotinas estão associadas as análises de Compliance, na apuração dos riscos ligados a danos socioambientais, incorporando-se, com intrínseca relação, os riscos legais, tributários, de imagem e corrupção.

A Diretoria e gestores encontram-se devidamente envolvidos nos processos e alinhados à política de responsabilidade socioambiental, a fim de prover o conhecimento e a disseminação para todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a efetiva aplicabilidade nas relações de trabalho e de negócios, com clientes, parceiros, fornecedores e público interno.

e) Segurança da Informação

A Agillitas segue as regulamentações legais e prudenciais com a implementação de mecanismos de proteção aderentes às melhores práticas, visando a prevenção de ataques em infraestrutura de TI e sistemas, por meio do monitoramento contínuo do ambiente de tecnologia e de avaliações periódicas de ameaças e controles relacionados à segurança cibernética.

A área de Segurança da Informação trabalha continuamente para melhorar a estratégia de segurança cibernética, de forma a mitigar os riscos e proteger a Instituição e seus clientes de ameaças e vulnerabilidades que possam comprometer a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações.

No tocante à Lei Geral de Proteção de Dados, o Grupo Rendimento encontra-se totalmente aderente aos procedimentos determinados na referida Lei, adotando as melhores práticas de mercado através da criação de estrutura de controle, monitoramento e proteção de todos



e quaisquer meios que possam tornar vulneráveis os dados dos clientes e as informações a eles associadas.

22. Limites operacionais

O índice de Basileia atingiu 15,01% em 31 de dezembro de 2020 (14,16% – Dezembro 2019) apurado de acordo com o estabelecido nas Resolução CMN 4.193/13, cujos requerimentos mínimos são apurados em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

A Administração

Patrícia dos Santos Bento
Contadora
CRC – SP-282762/O-9